**LEI DE SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL
2003**

CAPÍTULO IV

Da Organização do Sistema Estadual de Ensino

Seção I

Da Constituição e Atribuição do Sistema Estadual de Ensino

Art. 17. Constituem o Sistema Estadual de Ensino:

I - as instituições de educação, de todos os níveis e modalidades, criadas e mantidas pelo Poder Público estadual;

II - as instituições de educação superior, criadas e mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - a Secretaria de Estado de Educação, órgão executivo do Sistema e demais órgãos e entidades de educação integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo;

V - o Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do sistema;

VI - o Fórum Estadual de Educação.

§ 1º O Conselho Estadual de Educação tem sua organização, atribuições e composição previstas em lei própria.

§ 2º Os Municípios que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul poderão optar por se integrar ao Sistema Estadual de Ensino.

Art. 18. As instituições de ensino, dos diferentes níveis, classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 19. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, que incluam, estatutariamente, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade e igualmente explicitem em seus estatutos o caráter comunitário e sem fins lucrativos;

II - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e sem fins lucrativos, assim explicitado em seus estatutos;

III - filantrópicas, assim entendidas aquelas que, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, oferecem, gratuitamente, serviços educacionais a pessoas carentes e

que em seus estatutos tenha explicitado o caráter filantrópico e sem fins lucrativos e atendam aos demais requisitos previstos em lei;

IV - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas jurídicas de direito privado que não apresentem as características das anteriores.

Art. 20. Ao Sistema Estadual de Ensino, por intermédio de seus órgãos normativo e executivo, das instituições públicas e privadas, que o compõem ou a ele estejam vinculadas, compete elaborar, executar, manter e desenvolver as ações político-administrativas, as relações pedagógicas, as legislações e as políticas e planos educacionais em Mato Grosso do Sul, integrando, em regime de colaboração, suas ações com as dos Municípios e da União, coordenando os planos e programas de âmbito estadual, para garantir à população sul-mato-grossense uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação de profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar, por meio de representantes nos processos de definição e acompanhamento da execução de políticas educacionais.

Seção II

Das Atribuições dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 21. Aos estabelecimentos de ensino, assegurada a efetiva participação de representações de sua comunidade escolar, compete:

I - elaborar, executar e avaliar sua proposta pedagógica;

II - administrar seus recursos humanos, materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas de trabalho escolar estabelecidos;

IV - zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e demais profissionais da educação;

V - prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento escolar;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando meios de integração da sociedade com a escola;

VII - manter os pais e responsáveis informados sobre a execução de sua proposta pedagógica, bem como sobre a frequência e rendimento escolar dos alunos.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar o conjunto de:

I - profissionais da educação básica lotados ou em exercício na instituição;

II - pais ou responsáveis pelos estudantes;

III - alunos matriculados e regularmente freqüentes.

Art. 22. Às instituições de educação básica, mantidas pelo Poder Público, serão assegurados progressivos graus de autonomia didático-científica, político-pedagógica, administrativa e de gestão financeira, conforme dispuser seu regimento, observada a legislação superior.

§ 1º Objetivando aperfeiçoar as condições de ensino e pesquisa, as escolas poderão estabelecer formas de cooperação mútua.

§ 2º As instituições elaborarão suas propostas pedagógicas e a ela deverão adequar os princípios gerais de seu regimento escolar, as normas administrativas, os currículos e demais processos de atividade escolar.

Seção III

Das Atribuições dos Profissionais da Educação Básica

Art. 23. Aos profissionais da educação básica compete:

I - participar dos processos de elaboração, implementação, execução e avaliação das propostas pedagógicas, planos de trabalho e regulamentos de seu estabelecimento de ensino;

II - participar dos órgãos de gestão democrática da escola;

III - realizar as tarefas inerentes ao seu campo de especialidade.

Parágrafo único. Os profissionais de educação básica que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades constituem categorias distintas, com funções próprias, a serem especificadas em lei.

Seção IV

Da Secretaria de Estado de Educação

Art. 24. A Secretaria de Estado de Educação é órgão executivo, com atribuições de planejamento, coordenação, execução, administração, supervisão e avaliação da educação escolar no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, além de outras definidas na legislação.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, compete a ela zelar pela observância das leis de ensino, pela implementação de políticas educacionais e pelo cumprimento das decisões do Conselho Estadual de Educação.

Art. 25. Para o fiel cumprimento de suas atribuições, a Secretaria de Estado de Educação deve estar estruturada em conformidade com o disposto nesta Lei e legislação estadual em vigor.

Seção V

Do Conselho Estadual de Educação

Art. 26. O Conselho Estadual de Educação é órgão colegiado de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento superior da Secretaria de Estado de Educação, com representação paritária entre o Governo do Estado e entidades da sociedade civil organizada.

Art. 27. As funções do Conselho Estadual de Educação são estabelecidas em regimento próprio.

Art. 28. Cabe ao Conselho Estadual de Educação:

I - participar da elaboração da política educacional do Estado;

II - acompanhar e avaliar a execução da política educacional do Estado;

III - participar da elaboração de políticas públicas nas áreas de educação básica e educação superior, conjuntamente com órgãos públicos e particulares que atuam nessas áreas ou que possuem ações específicas nas áreas de educação infantil, educação indígena, educação especial, educação de jovens e adultos, formação profissional e tecnológica;

IV - avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas nas áreas mencionadas no inciso anterior;

V - normatizar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no âmbito do Sistema Estadual de Ensino;

VI - fiscalizar o cumprimento da legislação educacional no Estado;

VII - emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidas pelos Poderes Executivo e Legislativo e de outras instituições;

VIII - emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Secretário de Estado de Educação;

IX - exercer as demais atribuições que a legislação federal confere aos Conselhos Estaduais de Educação, assim como, no que couber, no âmbito estadual, as que são consignadas pelo Conselho Nacional de Educação, em relação ao Sistema Federal de Ensino;

X - elaborar e alterar o seu regimento a ser homologado pelo Secretário de Estado de Educação.

Art. 29. O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul será integrado por 15 (quinze) Conselheiros titulares, escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação, nomeados pelo Governador do Estado, consoante o disposto nesta Lei, para exercer um mandato de quatro anos.

Art. 30. A composição do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul observará a seguinte proporção:

I - Conselheiros Tutelares:

a) 2 (dois) representantes indicados pelo Governador;

b) 4 (quatro) representantes da Secretaria de Estado de Educação;

c) 1 (um) representante da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS;

d) 1 (um) representante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS;

e) 1 (um) representante das Instituições Superiores Privadas de Ensino;

f) 1 (um) representante da Federação dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado de Mato Grosso do Sul - FETEMS;

g) 1 (um) representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

h) 1 (um) representante da Federação Interestadual de trabalhadores em Estabelecimento de Ensino - FITRAE/MS;

i) 1 (um) representante do Sindicato das Escolas Particulares de Mato Grosso do Sul - SINEPE/MS;

j) 1 (um) representante da Federação Empresarial de Mato Grosso do Sul;

k) 1 (um) representante dos movimentos populares que realizem atividades ou experiências na área educacional.

§ 1º Caberá às instituições previstas neste artigo indicar os respectivos suplentes de seus conselheiros titulares.

§ 2º O Conselheiro perderá o mandato caso deixe de representar a instituição ou entidade que o tenha indicado.

Art. 31. Os atos emanados do Conselho Estadual de Educação adquirem eficácia após sua homologação pelo Secretário de Estado de Educação, e publicação no Diário Oficial do Estado.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.